**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

BRENO HERMAN SNIKER

EXCEDENTE DE SIGNIFICAÇÃO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA
Articulações entre o pensamento de Emmanuel Lévinas e a psicanálise

**São Paulo
2009**

BRENO HERMAN SNIKER

EXCEDENTE DE SIGNIFICAÇÃO NA CLÍNICA PSICANALÍTICA
Articulações entre o pensamento de Emmanuel Lévinas e a psicanálise

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Experimental
Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio Figueiredo

São Paulo
2009

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo

Sniker, Breno Herman.

Excedente de significação na clínica psicanalítica: articulações entre o pensamento de Emmanuel Lévinas e a psicanálise / Breno Herman Sniker; orientador Luís Claudio Mendonça Figueiredo. -- São Paulo, 2009.

78 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Experimental) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

1. Teoria psicanalítica 2. Lévinas, Emmanuel, 1906-1995 3. Clínica psicanalítica 4. Ética 5. Freud, Sigmund, 1856-1939 I. Título.

RC504

FOLHA DE APROVAÇÃO

Breno Herman Sniker

Excedente de significação na clínica psicanalítica:

Articulações entre o pensamento de Emmanuel Lévinas e a psicanálise

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia
da Universidade de São Paulo para obtenção do
título de Mestre em Psicologia.

Área de Concentração: Psicologia Experimental
Orientador: Prof. Dr. Luís Cláudio Figueiredo

Aprovado em: / /

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr.: _____

Instituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais, pelo apoio e o carinho
durante todos esses anos.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Luís Cláudio Figueiredo pelo apoio dado durante os últimos seis anos, pela paciência e dedicação, e, sobretudo, pela liberdade que me possibilitou seguir meus próprios caminhos.

À professora Maria Lúcia de Araújo Andrade, por ter me acompanhado durante meus primeiros passos na clínica, e por seu encorajamento durante momentos difíceis.

Às professoras Camila Salles e Elisa Ulhoa Cintra, por suas ricas contribuições no exame de qualificação, que me possibilitaram uma retomada mais adequada da clínica, e me ajudaram a pensar os limites do pensamento levinasiano.

A todos os professores da graduação e da pós-graduação, que de uma maneira ou de outra contribuíram para esse trabalho.

Aos amigos e colegas de orientação e discussão, Daniel Schor, Camila Munhoz, Marília Marra, Adriana Salvitti, Danilo Silva Guimarães e Nilson Guimarães Dória.

Aos meus pais, que sempre me deram o apoio necessário.

Ao meu irmão, que sempre diz “coragem” quando as coisas ficam complicadas.

À minha namorada Thati, que suportou meu estresse e sempre me apoiou incondicionalmente.

Aos demais familiares e amigos, Amaury, Pipo e Raquel, Marcos Mauricio, Daniel e Dani, André leite, Fernandão, Zuleta, Português.

A CAPES, pela bolsa que me deu tranquilidade para o trabalho.

RESUMO

SNIKER, B. H. Excedente de significação na clínica psicanalítica. Articulações entre o pensamento de Emmanuel Lévinas e a psicanálise. 2009. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009. 78p.

O presente trabalho articula o pensamento de Emmanuel Lévinas e a clínica psicanalítica. Para tal articulação, o autor serve-se do conceito de inspiração, tomando o pensamento de Lévinas como um conhecimento tácito e subsidiário a psicanálise. Ao colocar o pensamento de Lévinas nessa posição, várias questões podem ser formuladas à clínica psicanalítica. Sobretudo, questões relacionadas às dimensões éticas, seja naquilo que se refere à posição do analista frente ao analisando, seja na sua posição frente às construções teóricas. Para encaminhar tais questões, o autor se servirá de alguns textos freudianos, dentre eles, Construções em Análise, Estudos sobre Histeria e Projeto para uma psicologia científica, ora para exemplificar tais questões, ora para contrastar o pensamento de Freud ao pensamento de Lévinas.

Palavras chave: Teoria Psicanalítica; Emmanuel Lévinas; Clínica Psicanalítica; Ética; Freud.

ABSTRACT

SNIKER, B. H. Excess of sense in the psychoanalytic clinic. Linkages between the thought of Emmanuel Lévinas and psychoanalysis. 2009. Dissertation (Master's) – Institute of Psychology, University of São Paulo, São Paulo, 2009. 78p.

This paper articulates the thought of Emmanuel Lévinas and psychoanalytic clinic. For this joint, the author makes use of the concept of inspiration, taking the thought of Lévinas as a tacit and alternative knowledge to psychoanalysis. By putting the thought of Lévinas in this position, several questions may be made to the psychoanalytic clinic. Above all, questions related to the ethical dimensions, some concerns the position of the analyst in relation to analyzing, others about the position of analyst in relation to theoretical constructions. To forward these questions, the author will use some Freudian texts, among them, *Constructions in Analysis*, *Studies on Hysteria* and *Project for a scientific psychology*, sometimes to illustrate these questions, sometimes to contrast the ideas of Freud to the thought of Lévinas.

Keywords: Psychoanalytic Theory; Emmanuel Lévinas; Psychoanalytic Clinic; Ethics; Freud.

Sumário

Introdução	12
Resumo do projeto original	12
Primeiros movimentos da pesquisa	14
Os problemas com a noção de representação	15
O estatuto da linguagem	17
O papel de nossas teorias	18
O dito e o dizer	19
1. A Inspiração Levinasiana e a Técnica	22
Considerações metodológicas preliminares	23
O processo terapêutico	25
Técnica e diacronia	27
Eleidade, enigma e desamparo	30
Proximidade, dis-posição e contratransferência	33

2. Alteridade, Resistência e Contratransferência	36
A vivência da satisfação e da dor no Projeto	38
O rosto do próximo	40
O medo da supressão	44
A sustentação da proximidade	47
Clínica, resposta e contratransferência	48
3. O Processo metafórico e a possibilidade de um campo de diferenciação	55
A ética como filosofia primeira	56
“Não apenas isso, mas em vez disso”	58
Dimensões transferenciais	62
A questão da diferença	64
4. À guisa de Conclusão	66
5. Referências Bibliográficas	73

Introdução

A introdução que se segue foi escrita para organizar o percurso feito desde a primeira elaboração do projeto até o material aqui apresentado. Para tanto, farei um pequeno resumo do projeto inicial, e apresentarei alguns de seus principais desdobramentos.

Resumo do projeto original

A primeira versão do projeto de mestrado foi escrita em meados de 2005, e era inspirado, sobretudo, nos textos produzidos em minha pesquisa de iniciação científica que versavam sobre a questão da subjetividade. Durante esse período germinal do projeto, tive contato com diferentes autores que eram tributários das mais variadas tradições e concepções sobre a subjetividade. Como exemplo, cito Luís Cláudio Figueiredo(1995, 1995a, 1996) e Alfredo Naffah Neto(1991, 1994), que como característica em comum apresentam uma forte crítica ao modelo vindo do racionalismo clássico, bem como à tradição herdada de Hegel.

Nesse mesmo ano de 2005, cursava meu último semestre na faculdade de psicologia, e dava meus primeiros passos na clínica, assim, era inevitável associar os conceitos estudados na iniciação científica com os diferentes programas clínicos, e mesmo com a minha prática clínica em si.

As primeiras teorias psicanalíticas com que tive contato, sobretudo Lacan, entre outros, pareciam claras e com excelentes propostas clínicas, mas a maneira como eram tratadas por alguns me incomodava. Por vezes, a teoria era tratada como a maneira certa de conduzir o tratamento da qual pouco se podia duvidar, e cujo valor, como recurso técnico, era insuperável.

Comecei a me perguntar como tal apropriação da teoria incidiria na clínica e na maneira de tratar os pacientes. Qual o estatuto que deveria ser dado a essas teorias? Mas a pergunta mais exata era: como considerar as teorias naquilo que se refere ao outro e aos fenômenos? De certo, a postura teórica herdada das ciências exatas, que não admite que nada lhe escape, não era a melhor.

Na época, me cativou bastante a idéia do irrepresentável como algo que estaria aquém ou além das representações. Tal idéia me chegou primeiro pela leitura que fiz de Figueiredo e Naffah Neto, e posteriormente, pelo casal Botella (BOTELLA, 2002). Embora não tenha me apropriado totalmente do que diziam os Botella, como fiz com outros dois autores, sua leitura me suscitou muitos outros questionamentos.

O que estaria atrás da cortina das representações? Essa insolúvel pergunta me cativava. E nesse momento eu estava muito mais preocupado em fazer uma crítica a tudo aquilo que fosse representação do que propriamente encaminhar a questão.

Nesse mesmo período, entrei em contato com a filosofia de Lévinas, que apareceu como uma alternativa aos modelos racionalistas que geravam posturas objetivantes e ao vale tudo do ecletismo ingênuo.

Dentro desse contexto, surgiu o projeto de mestrado, um estudo teórico sobre a noção de irrepresentável na psicanálise. A idéia primeira era operar partindo dessa noção para ir ao encontro de algumas tradições psicanalíticas, observando como elas lidavam, ou não, com essa noção, que naquele momento me parecia fundamental.

O projeto inicial tinha um sotaque partidário, no sentido em que tentava chamar a atenção para essa problemática, porém, “levantando à bandeira do irrepresentável” como noção fundamental, e, mais do que isso, a ser privilegiada na clínica.

Primeiros movimentos da pesquisa

No início da pesquisa, alguns problemas do projeto se colocaram de maneira muito patente. Primeiro, a necessidade de repensa-lo sem a bandeira anti-representação que ele carregava; segundo, pensar a própria noção de representação dentro do projeto, como utilizá-la, e se daria ela conta do problema que eu queria tratar; terceiro, a filosofia de Lévinas, que havia sido fonte de inspiração para parte do projeto, não se encaixava. Disso surge a questão: que papel atribuir à sua filosofia dentro de um projeto psicanalítico?

As conversas que tive nas minhas reuniões de orientação me fizeram repensar a utilização que vinha fazendo da noção de representação. O termo que até aquele momento vinha sendo associado à limitação da experiência, como tributário da noção

de verdade por correspondência do racionalismo, passou a adquirir novos sentidos. E novas perguntas emergiram: que papel a representação tem para o psiquismo? Como utilizar o modelo representacional sem ser levado a simplificações objetivantes? Como apontar o irrepresentável por detrás do modelo representacional ou traçar as possíveis relações que existem entre essas duas noções e sua mútua importância na clínica?

Os problemas com a noção de representação

Iniciou-se, assim, uma discussão sobre as relações entre a representação como elemento mediador das relações. Após umas poucas tentativas, a idéia de representação foi abandonada, sendo que tal abandono se deu por dois motivos principais. Primeiro, minha dificuldade em lidar com esse conceito. Pois, quase sempre, a problemática se vertia para a filosofia e as complexas relações do objeto e da coisa com a representação, o que além de dificultar o encaminhamento do problema, levava a questão para longe da psicanálise.

O segundo motivo que me levou a desviar da idéia de representação foi minha aproximação mais estreita com a filosofia de Lévinas e com autores da desconstrução literária, como Derrida e Hillis Miller. A questão aos poucos deixava de ser o estatuto da representação e da irrepresentação na psicanálise, e encaminhava-se para a importância da sustentação de um campo de não-sentido, de indiferenciação para a clínica.

Não só Lévinas, mas autores como Heidegger, Derrida e Foucault, mesmo tendo diferenças, pareciam partilhar com a psicanálise a importância de uma crítica da

subjetividade, de uma resistência ao campo da técnica e da idéia de alteridade como operador ético (DUNKER, 2003).

Nesse momento, tornou-se mais claro que minha questão era como utilizar nossas teorias sem assimilar a diferença estrita do outro, reduzindo-o ao igual. Como eu poderia utilizar a teoria sem que essa assimilasse o outro, reduzindo-o aos conceitos? De que maneira poderia sustentar a diferença do outro sem reduzi-lo a mim mesmo?

Passei, então, a pensar as decorrências de ter-se no horizonte clínico alguns elementos da filosofia de Lévinas, como a idéia de eleidade, a antecendência da ética, e o rosto. Conceitos que chamavam fortemente a atenção para a impossibilidade da apreensão do outro por uma totalidade que lhe desse um sentido imediato.

E, posteriormente, a desconstrução literária apareceu como uma maneira de operacionalizar dentro da clínica a proposta levinasiana. Isso porque a desconstrução lida com o texto literário considerando-o uma alteridade irreduzível à estrutura, vertendo a discussão não para uma retórica da interpretação, mas para o campo da ética.

A discussão nesse momento se encaminhou para o estatuto da linguagem. Não no sentido do que seja a linguagem na clínica ou de como os jogos de linguagem funcionam nela, mas em como a linguagem pode ser resposta ao outro, sem que isso o represente, ou o reduza.

O estatuto da linguagem

Duas perguntas passaram a operar como pano de fundo no que se refere à linguagem: Qual o estatuto daquilo que chamamos teoria, ou mais especificamente, como nos utilizarmos da teoria sem que esta desemboque num modelo totalizante que tente dar conta do outro? A segunda é como tratar tanto a fala do analisando quanto a fala do analista de maneira que elas não sejam diretamente convertidas em enunciações paralisantes.

A discussão aqui se polariza na distinção entre o dito e o dizer. O dito entendido como o conjunto daquilo que um dia foi pronunciado no ato do dizer, mas foi separado desse ato, e conservado na forma de verdade pronta. O dizer, por outro lado, é sempre ato, sempre enunciação, profusão de significações.

O dizer é um tipo de fala que deve ser proferida e tomada como enigma. A questão do enigma será discutida posteriormente ao longo da dissertação, mas adianto que, *grosso modo*, trata-se de uma enunciação ou um dizer que não pode ser imediatamente vertido para um dito ou enunciado. O que conserva no campo da linguagem uma área de indeterminação que permite ao sistema da linguagem lidar com o outro sem reduzi-lo totalmente.

A questão da representação pode ser retomada por esse viés. Não se tratava de discutir o papel do conceito de representação ou das representações, mas de como tomá-las de maneira que um campo de indeterminação fosse mantido. Essa ausência de sentido é tão ou mais importante que o próprio campo do sentido expresso ou representado, uma vez que, sem ela, cessa a possibilidade de deslizamento e o próprio campo do sentido expresso tem sua existência comprometida (DERRIDA, 1963).

Assim, temos duas perspectivas a considerar. Uma delas é como considerar nossas teorias de forma a não serem simplesmente campos de reprodução do mesmo, onde a teoria é sempre reencontrada na clínica. O outro é como lidar com os dizeres na clínica, os atos do analista ou do analisando para que a particularidade do paciente possa emergir. Essas duas perspectivas estão intimamente ligadas, de tal forma que um uso meramente instrumental da teoria, seja ela qual for, levará quase sempre à conseqüências nefastas, por mais bem intencionados que fossem os objetivos de quem as escreveu.

O papel de nossas teorias

Derrida discute em “Força e Significação” (DERRIDA, 1963), dentre outros tópicos, a relação existente entre a coisa literária e a estrutura, mostrando como, por vezes, a obra é subsumida pela estrutura.

(...) a estrutura, o esquema de construção, a correlação morfológica torna-se *de fato* e *apesar da intenção teórica* a única preocupação do crítico. Única ou quase. Não mais método na *ordo cognoscendi*, não mais relação na *ordo essendi*, mas ser da obra. Lidamos com um ultra-estruturalismo. (DERRIDA, 1963, p. 21)

Como escapar de um uso “ultra-estruturalista” de nossas teorias, onde os conceitos transformam-se no próprio ser do paciente? Que uso podemos fazer das teorias, de maneira que simplesmente não as reencontremos nos pacientes, negando assim suas diferenças?

Certos usos teóricos trazem a sensação de que deve sempre haver identidade e reencontro entre clínica e teoria. O que a filosofia de Lévinas salientará é que nunca

há encontro, mas sim um profundo desencontro, desencontro este que precisa ser mantido e sustentado para que o outro possa aparecer como diferença e alteridade.

O pensamento de Lévinas traz à tona o absoluto risco envolvido no trabalho analítico, tanto no que diz respeito ao uso dos conceitos quanto à consideração da situação clínica em si.

O dito e o dizer

Da mesma forma que encontramos diferentes posturas para o uso teórico, temos diferentes considerações à despeito do paciente e de como ele é tomado num determinado momento ou situação clínica.

O encaminhamento que daremos a esta questão, assim como à questão de como o analista considera suas teorias, passa pela diferenciação que Lévinas faz entre o dito e dizer, e a questão do enigma.

Como já dissemos, o dizer é entendido por Lévinas como uma resposta ao outro, e o dito como a conversão desse dizer numa verdade acabada e pronta. Cruzando esses elementos com as questões que anteriormente colocamos sobre o uso das teorias, e sobre a postura frente aos pacientes, podemos encaminhar a questão da seguinte maneira.

Se considerarmos a teoria como uma resposta dada por um psicanalista singular numa situação singular, poderemos tratá-la como um dizer. Algo que foi pronunciado em resposta a um outro específico, e que tal situação nunca mais se repetirá, pois sempre se trata de encontros singulares.

Isso pode parecer um pouco simplista à primeira vista, mas o que veremos mais adiante com Lévinas é o fracasso de todo dito que pretenda ir além do seu ato de dizer. Isto é, a questão não é se a teoria é útil ou inútil, pois certamente que ela é útil, mas, sim, de tirar dela suas pretensões generalizantes, por mais singelas que sejam.

O pensamento de Lévinas constitui, assim, um forte aliado ao fazer analítico, não por embasá-lo ou justificá-lo, ou por dizer algo que a própria psicanálise não pudesse encontrar por suas próprias vias. A importância de Lévinas é entendida não como basal ou complementar, mas como um interessante suplemento à clínica psicanalítica, chamando à atenção para alguns pontos que, por vezes, tornam-se opacos ou esquecidos.

No primeiro capítulo, farei uma introdução ao pensamento de Lévinas, que ao mesmo tempo em que introduz, também recorta aquilo que pretendo traçar. Também nesse capítulo discuto a importância do pensamento de Lévinas para a psicanálise.

No capítulo seguinte, traço paralelos entre a psicanálise e Lévinas, com base na leitura de Freud feita por dois comentadores. Lacan e sua leitura estrutural que aproxima Freud da lingüística, e Monique Schneider, que se opõe à leitura lacaniana, que descarta os afetos, lê Freud e seus primeiros escritos retomando a questão afetiva. A discussão nesse capítulo se dá pelas possíveis disposições que o analista pode assumir frente ao outro e à transferência.

O capítulo três é uma tentativa de encaminhar os paradoxos deixados pelo capítulo dois. A transferência aparece ali como uma tentativa de articular diferentes posições sem responder diretamente a elas, mas não apenas isso, e, em vez disso, responder a elas – paradoxo este que se aproxima de uma resposta ética no sentido

levinasiano. Para tal articulação, nos serviremos de algumas posições da crítica desconstrucionista de Hillis Miller.

Finalmente, apresento um pequeno capítulo com o intuito de concluir meu percurso. Não farei uma conclusão deste trabalho onde perguntas iniciais são respondidas, uma vez que, as perguntas foram gestadas e encaminhadas ao longo da pesquisa.

Capítulo I – A Inspiração Levinasiana e a Técnica

Num trabalho em que pretendemos articular a psicanálise com o pensamento de um filósofo como Emanuel Lévinas, a primeira pergunta que se colocou é como tomar tal pensamento de forma que este não englobe nem banalize as questões da psicanálise. Este é um trabalho sobre psicanálise e não sobre a filosofia de Lévinas, nossa preocupação será sempre permanecer no campo psicanalítico sustentando uma relação de proximidade com o pensamento de Lévinas.

Como dissemos, o primeiro desafio é não se deixar absorver pelo pensamento do filósofo, isto é, abandonar o referencial clínico psicanalítico para dar lugar à filosofia. Tal risco existe, mas deixar-se levar pela filosofia, resulta num empobrecimento da clínica, uma vez que essa não era a intenção do filósofo, o qual muitas vezes terá ressalvas quanto à psicanálise. O outro desafio diz respeito ao problema de se utilizar de um filósofo para pensar questões que não são ligadas diretamente ao seu campo.

A questão metodológica que se colocou foi como apresentar e sustentar essa proximidade entre Lévinas e a clínica psicanalítica. As primeiras experiências foram um caminho partindo do pensamento de Lévinas em direção à clínica. O resultado foram textos por demais filosóficos e com poucos espaços para clínica. Ademais, o

movimento de sair da clínica, ir à Lévinas, para depois retornar a clínica banalizou algumas de suas questões, pois foram retomadas fora de seu contexto de gestação e da profundidade que merecem.

O que fazer então? Como manter a proximidade entre a clínica e o pensamento do filósofo? Nosso contato com Lévinas se fez em concomitância com a clínica. Não se tratou, assim, de uma saída da filosofia que caminhou em direção a clínica, nem de um recurso à filosofia para encaminhar questões gestadas na clínica. O pensamento de Lévinas apareceu em nossa clínica como algo difuso, fundo que faz aparecer certas figuras, contexto que inspira certas questões.

Nossa proposta, então, é colocar o pensamento de Lévinas como um fundo, um conhecimento tácito e subsidiário ao conhecimento psicanalítico a fim de criar possibilidades de pensamento e manejos clínicos.

Considerações metodológicas preliminares

A idéia de uma clínica psicanalítica de inspiração levinasiana apareceu como uma solução para o problema da articulação da clínica com a filosofia. A inspiração é um sopro que coloca em movimento um autor ou artista, mas que faz uso de seus saberes próprios, de suas técnicas adquiridas e de suas histórias, de tal forma que no movimento em que cria a obra podem-se encontrar as marcas da inspiração, mas estas ficam indistintas das marcas do autor. Inspirar-se em Lévinas sem perder as marcas da psicanálise, esse é o desafio do presente trabalho.

Figueiredo (1996a) fala sobre a oposição proposta por M. Polanyi entre *conhecimento tácito* ou *pessoal* e *conhecimento explícito* ou *teórico*. O conhecimento

tácito está num plano pré-reflexivo, onde as distinções entre sujeito e objeto ainda não acontecem completamente. A execução de uma determinada ação depende da operação do conhecimento tácito que silencia o conhecimento explícito no momento da execução. Figueiredo usa o exemplo do pianista, que embora conheça toda a técnica e a teoria musical a silencia durante a execução da partitura. Em oposição ao *conhecimento tácito*, temos o *conhecimento explícito*, isto é, o conhecimento que se tornou disponível na forma de sistemas de representação, por exemplo, uma teoria. Nesse conhecimento já se instalou a diferenciação entre o sujeito e o objeto, tal conhecimento é necessariamente reflexivo, e dessa maneira está sujeito a revisões e correções.

Ainda tomando M. Polanyi, Figueiredo fala sobre a distinção entre *conhecimento focal* e *conhecimento subsidiário*. O conhecimento focal implica em apreender aspectos particulares do mundo, isto é, dar ênfase em um aspecto em detrimento de outros. Já o conhecimento subsidiário, cria um contexto de mundo não-focal, trata-se do fundo onde os objetos podem ser tomados focalmente.

A proposta é tomar o conhecimento de Lévinas como *tácito* e *subsidiário* em relação à clínica psicanalítica. Tácito, pois, assim como o conhecimento psicanalítico, ele deve ser silenciado no momento do fazer clínico para que o processo ocorra. E subsidiário, uma vez que, o que pretendemos é que a filosofia de Lévinas crie certos contextos para que aspectos da clínica possam ser tomados de maneira mais clara e mais focal.

Optamos por não fazer uma exposição direta do pensamento de Lévinas por duas questões. Por um lado, expor uma experiência de pensamento como a de Lévinas conduz a reducionismos e esquematismos que queremos evitar, por outro lado, falar de

Lévinas deixando a clínica de lado, levaria à necessidade de um retorno posterior à clínica que, como dissemos, banalizaria suas questões. O que faremos é apresentar a clínica psicanalítica, e ao fazê-lo, nos inspiraremos em Lévinas, tanto no que se refere à escolha dos temas clínicos, quanto na maneira de apresentá-los.

O processo terapêutico

As primeiras questões clínicas que apareceram quando colocamos a filosofia de Lévinas como fundo para a psicanálise diziam respeito à atitude do analista em relação à teoria e à técnica e em como estas deveriam ser consideradas no contato com o analisando. Como entender a proximidade que o analista deve sustentar em relação ao analisando.

Muitas são as questões que dificultam uma apresentação da técnica psicanalítica (FIGUEIREDO, 2000). Dentre esses aspectos que dificultam a consideração da técnica podemos destacar, primeiramente, as transformações que ocorreram na obra de Freud, tanto em vida quanto depois de sua morte, uma vez que tais transformações não descartam ou desacreditam as teorizações anteriores, mas as recolocam e recontextualizam. Um outro ponto a considerar, é a ligação indissolúvel entre os aspectos técnicos e os aspectos teóricos, o que dá à técnica e à teoria vivacidade e movimento. Finalmente, tais “problemas” nos impedem de uma consideração fechada e total da técnica como um conjunto definitivo de procedimentos e normas. A consideração da técnica passa diretamente pela posição que o analista ocupa no tratamento e como ele considera a técnica. A questão do tratamento analítico é, assim, prioritariamente ética e secundariamente técnica.

Um dos movimentos essenciais presente na filosofia de Lévinas, se fosse necessário localizar um núcleo principal de sua filosofia, seria o de abandonar a ontologia com pedra angular e colocar a ética como filosofia fundamental. O que significa que, antes de considerarmos o que o outro é, respondemos a ele. No emprego da técnica, e mesmo antes de dela, há uma resposta do analista frente ao paciente.

Essa posição onde se coloca o analista é de onde a técnica irá operar, e mesmo, de onde o pensamento clínico irá fazer suas apostas sobre o paciente. Esse colocar-se em posição, entretanto, não é técnico, pelo menos não de uma maneira afirmativa. Pode-se dizer que o analista usa de “uma técnica” em que se coloca numa posição, ou *dis-posição*¹, em relação ao analisando, que ele mesmo, *a priori*, não sabe qual é, para só depois usar algum recurso técnico. Essa tomada de posição é o que permite que a técnica opere, mas ela, em si, não é técnica. A técnica pressupõe articular meios para chegar a fins determinados ou esperados, isto é, a técnica pressupõe saber algo sobre o outro, porém esse movimento guarda uma relação mais estreita com aquilo que não se sabe, com o inesperado e o indeterminado, do que a utilização de uma técnica.

Podemos depreender duas coisas do que dissemos até aqui. Primeiramente, que a clínica se inicia por uma tomada de posição não técnica, isto é, que não articula meios e fins com um objetivo determinado e claro. Segundo, a clínica comporta um não-saber, sabe-se, é claro, aquilo que se aprendeu na própria análise, o que provém do conhecimento teórico e de outras psicanálises já realizadas, mas o essencial do que está por vir não se sabe.

¹ Usei o termo *dis-posição* para me referir este movimento do analista de deixar colocar em posição.

Técnica e diacronia

Como já dissemos, o campo da técnica pode ser aproximado daquilo que aprendemos de nossa própria análise, da teoria e de outras psicanálises que já fizemos. Porém, dissemos que esses elementos não são suficientes, assim como dependem de um processo mais original, a tomada de posição ou a disposição do analista frente ao analisando. Essa tomada de posição tem de lidar com um não saber, mas do que um saber. cremos que aqui o pensamento de Lévinas nos ajudará a caminhar.

A crítica ao campo da técnica enquanto pensamento ordenado e racional é muito presente na obra de Lévinas (1965; 1965a). O referencial básico para a crítica levinasiana da técnica enquanto instrumento é que o discurso racional subordina no presente e na ordem aquilo que num primeiro momento parecia extravasá-la ou superá-la. (LÉVINAS, 1974; 1972).

A racionalidade técnica trabalha no sentido de criar e manter o mesmo e as identidades, mas não as diferenças. Nesse sentido, a distinção que Lévinas faz entre o dito e dizer nos ajudará a pensar essa situação primária da clínica, isto é, a tomada de posição do analista frente ao analisando.

Duas teorias da linguagem dominavam a cena filosófica dos contemporâneos de Lévinas, a de Saussure e de Heidegger (LLEWELYN, 2004). O projeto de ciência saussuriano subordina a diacronia do discurso a sua sincronia, isto é, a significação não se cria ou se mantém pela articulação de cada elemento do eixo diacrônico, mas por suas associações com os demais elementos de toda a estrutura da linguagem, assim cada parte é subordinada a totalidade da linguagem. Na frase “O menino foi atropelado”, o que está em jogo para a criação de sentido não são as relações entre os

elementos no eixo diacrônico, isto é, na sucessão das palavras na frase, mas na relação que “atropelado”, por exemplo, guarda sincronicamente com outros elementos, como “pelado”, “atroz” etc.. Saussure objetiva mostrar como as unidades do sistema lingüístico não significam positivamente, correlativamente a um objeto, mas negativamente através de diferenças combinatórias entre os elementos.

Já a proposta heideggeriana na “Carta sobre o humanismo” (HEIDEGGER, 1947), é da linguagem como morada do Ser. Tanto para Heidegger quanto para Lévinas o ser é possuído pela linguagem (LLEWELYN, 2004). A linguagem é o lugar onde o ser é gestado, e uma maneira de estar com os outros no mundo. Lévinas, porém, considerará, além disso, a linguagem como uma forma de ser possuído pelos outros.

Para Lévinas, colocar-se em situação com um outro é expor-se a uma relação diacrônica. Porém, a diacronia sugerida por Lévinas não é a mesma de Saussure, onde os significantes seguem-se no tempo, e podem ser lembrados se necessário, mas uma diacronia imemorial. A exposição ao outro, o posicionar-se frente a ele, expõe o que se coloca num tempo que não é nem a sincronia, onde as significações podem se criar pela sua referência ao todo, onde podemos localizar a teoria e as produções lingüísticas já dadas; nem um passado diacrônico, que pode ser trazido ao presente pela memória, onde podemos localizar as experiências daquele que é exposto. A diacronia levinasiana é a diacronia de um passado que não pode ser lembrado, pois nunca foi presente.

O outro levinasiano rompe os campos sincrônicos e diacrônicos no sentido saussuriano para estabelecer um campo de desordem. Tomando a expressão heideggeriana em que a linguagem é “morada do ser”, o outro será um invasor estranho, um ladrão que não foi convidado para estar ali, que entrou furtivamente, causando incômodo e desconforto.

Para pensar a resposta frente a esse outro, Lévinas fará distinção entre o dito e o dizer. O campo do dito é o que nos é dado pelo mundo. No campo do dito, está aquilo que já foi previamente dito e compreendido pelo campo das identidades. Aproximamos, assim, o campo da teoria e da técnica ao dito, uma vez que o dito, assim como a técnica, diz respeito àquilo que teve sua diferença anulada e convertida numa significação que pode ser instrumentalizada. Nesse campo, está tudo que é assimilado pela consciência intencional, toda a ontologia, e o produto da atitude teórica. O dito é “uma síntese concentrada. Ele instaura, em sua originalidade, um campo comum, no qual se podem ancorar as referências da experiência humana” (SOUZA, 1999a, p. 130). Obviamente, a teoria e a experiência são importantes para a condução de um processo de análise, a questão é o lugar que eles devem ocupar no processo.

O campo do dito é um campo de alergia ao estranho, ou para sermos mais levinasianos, um campo onde a única relação possível é a guerra, a disputa entre os sentidos e significações já dadas, e a xenofobia, postura que a todo custo tenta expulsar e depreciar o estrangeiro. O estrangeiro não tem lugar no campo do dito, ou ele se torna familiar ou é expulso para que a casa volte a sua tranquilidade.

Nesse sentido, o campo da técnica é um campo de alergia à diferença. Não há dúvida que algumas técnicas consideraram a diferença mais do que outras, porém, sua instauração enquanto técnica depende de sua eficácia, e mais, da capacidade de replicação em diferentes situações. A preocupação do conhecimento teórico e técnico é operar de uma maneira que, mantidas determinadas condições, ele faça sentido, possa ser comunicável e funcione da mesma maneira. Não seria de todo equivocado afirmar

que a técnica psicanalítica pretende o contrário, isto é, mantidos determinados contornos e limites, como criar um campo em que a diferença e novo sejam possíveis.

Embora Winnicott não seja um autor com o qual estejamos trabalhando lidando diretamente neste trabalho, vale a pena citar um pequeno texto onde ele traça uma distinção entre dois tipos de clínica. Em “The two aims of psycho-analytical treatment” (WINNICOTT, 1962), ele fala sobre os objetivos do tratamento, e faz considerações sobre quando submeter um analisando a análise-padrão e quando fazer “alguma outra coisa” (*something else*) dependendo do caso. Ele começa o texto falando que, quando inicia um tratamento, ele pretende manter-se vivo, manter-se bem e manter-se acordado. Winnicott fala de uma disposição frente ao outro, disposição esta que irá servir de referência para o tratamento e para os manejos. Ele termina o texto com um enigmático “e por que não?”: por que não fazer o que é apropriado a cada ocasião e a cada paciente?

Eleidade, enigma e desamparo

Lévinas chama a atenção para a idéia de que o outro humano demanda e pede mais do que aquilo que já foi dito ou experienciado por aquele que é interpelado. Há nessa proximidade com o outro humano um profundo desamparo que, se for tomado de maneira ingênua ou desavisada, pode levar a idéia de que ele advém de um desconhecimento técnico ou experiencial. Tal ilusão sustenta-se na idéia de que, pelo saber teórico, o outro pode ser apreendido e manejado, idéia que é desconstruída pela noção de outro levinasiana.

Há no pensamento ocidental, do qual a psicanálise, muito a contra gosto, é tributária, um chamado ao mesmo. O personagem de Ulisses é figura do movimento característico de uma filosofia da totalidade. Ele viaja pelo mundo, sofre várias desventuras, mas finalmente retorna a mesma casa.

Lévinas oporá a história de Ulisses ao chamado de Abrão. Abrão é chamado por Deus: “Sai da tua terra, da tua parentela e da casa de teu pai e vai para a terra que te mostrarei” (Livro do Gênesis, 12:1). Deus pede que Abrão abandone sua terra, casa e parentela para ir em direção ao desconhecido. Nota-se que Deus não informa a Abrão onde será a terra que ele irá habitar, o chamado de Abrão é um chamado ao desconhecido. Considerando a situação de aldeias nômades em que a história de Abrão se passa, a casa e a parentela proviam segurança seja no sentido físico, seja simbólico. A casa provia a segurança física, pois sozinho no deserto a chance de sobrevivência era pequena, e a parentela provinha os mitos familiares comuns que ordenavam as condutas diárias.

A figura de Abrão é de rompimento com o instituído, com o dito. A preocupação de Lévinas é instaurar no campo do dito uma outra dimensão, a do dizer, como uma resposta ao encontro com o Outro. Para Lévinas, o dizer é uma dimensão inaugural de relação, criando um campo de significações inéditas que mais tarde se sintetizam em ditos.

Obviamente que o mundo está repleto de situações novas que demandam respostas, dizeres inéditos. Tais dizeres, mais tarde, são replicados na forma de ditos que fornecem tanto uma necessária ilusão de identidade, quanto um solo comum de comunicação. A questão fundamental aqui é que o outro, na acepção levinasiana, apresentar-se-á como enigma, isto é, um dizer que resiste a conversão em dito.

A resposta dada numa determina situação a um outro é incapaz de ser comunicada e replicada. O enigma é simultaneamente uma porta aberta e fechada (LÉVINAS, 1965). Apesar de criar uma significação que responde à experiência, não pode dar conta dele, é como se aquilo que não pode ser visto ou dito continuasse a perturbar o visto e o dito, impedindo um fechamento completo da significação.

Considerando a situação clínica, vemos que o analisando se apresenta como um “você”, um outro com quem trato na segunda pessoa do singular, a quem posso me dirigir, porém, há, nessa mesma relação, uma outra à qual não tenho acesso. Ao mesmo tempo em que o analisando é “você”, ele é um “ele”. O analisando existe para além das relações que se estabelecem com o analista. Há uma dimensão aberta à qual jamais terei acesso.

Para além da sincronia da relação dual, há uma diacronia. O analisando dirige-se a mim, mas ele não é unicamente este que se dirige a mim. Tal situação demanda do analista uma resposta que jamais poderá ser completa ou suficiente, mas enigmática e precária.

A precariedade da posição do analista é o que permite que o outro se apresente de maneira singular, e é o que permite a manutenção de um campo de diferenciações em que o novo pode aparecer. Da mesma maneira, a manutenção de uma dimensão enigmática, seja na relação ou no falar, é necessária para que o processo se sustente, uma vez que o enigma cria um lugar de significações abertas e incompletas que sempre estão por se fechar e completar, mas sem fazê-lo de fato.

Não há palavra final no que diz respeito ao paciente. Para Lévinas, todo falar é enigma, isto é, toda fala tem a potencialidade de criar novas significações, pois sempre conserva uma lacuna, um espaço aberto para a criação.

Proximidade, dis-posição e contratransferência

O contacto analista/analizando emerge, a partir da filosofia de Lévinas, como uma proximidade anárquica. Uma situação em que a distinção entre o eu e o outro não se dá totalmente. Se por um lado, como estamos dizendo, o outro não pode ser assimilado pela técnica, ou plenamente significado devido ao enigma que ele representa, por outro, ele também não pode ser mantido fora. Esses dois processos são correlatos e derivam da noção de ordem e separação.

Falamos de uma proximidade anárquica na medida em que não há regulação exterior a relação que se estabelece. Não razão ou conhecimento prévio que possa, *a priori*, afirmar caminhos ou saídas para o contato com outro. Há de se pensar, então, essa posição do analista como uma *dis-posição* afetiva em relação ao analisando. Creio o termo *dis-posição* cabe como uma forma de falar de uma posição que é mais um *deixar-se* colocar do que *colocar-se* em posição.

Somos remetidos, dessa forma, ao campo da transferência e suas relações com o processo terapêutico. Abordaremos essa questão de maneira pormenorizada no capítulo dois, porém cabem aqui algumas considerações sobre contratransferência.

Lévinas colocará uma passividade radical na base da constituição subjetiva. A subjetividade se forma como resposta ao outro e responsabilidade pelo outro. Na proximidade do outro, o eu é obrigado a responder e tal ato o tira de sua clausura egoísta. Essa invasão do infinito do outro num eu finito cria um espaço de “acolhimentos e traumatismos que se chama ‘subjetividade’ e que nasce como refém, hóspede à força”. Fabri (1967) assinala que:

O Dizer se faz na proximidade. Esta permite descrever a subjetividade como aproximação do outro. Antes mesmo da representação e da consciência, outrem já me concerne, me obsedia e afeta. O ser-afetado é o ser original do sujeito. Em outros termos, o que define a subjetividade em Lévinas é a sensibilidade como vulnerabilidade (p. 120).

A subjetividade é assim um espaço de vulnerabilidade ao outro naquilo que ele invoca enquanto desamparado.

Nas *Meditações* (DESCARTES, 1641), Descartes faz uso do infinito para provar que existe algo fora do eu, e se vale da idéia de Deus para fundar uma sujeito auto-suficiente e fiador das verdades. Lévinas vale-se da idéia do infinito cartesiano, mas colocando o infinito como vindo do outro que interpela e convoca. Para Lévinas, o infinito é fundador da subjetividade, mas ao contrário de Descartes, de uma subjetividade precária e vulnerável.

Essa situação de vulnerabilidade inaugural pode ser transposta para o processo analítico enquanto “contratransferência primordial”. Figueiredo usa essa expressão para designar uma disposição de “*deixar-se afetar e interpelar pelo sofrimento alheio no que tem de desmesurado e mesmo de incomensurável, não só desconhecido com incompreensível*”. (FIGUEIREDO, 2003, p. 128).

Trata-se, assim, não de uma contratransferência no sentido clássico, com resposta do analista frente à transferência, mas de uma disposição anterior, inclusive, à transferência do analisando. O analisando interpela e pede uma resposta pela sua simples presença no *setting* analítico, seu rosto interpela e pede uma resposta.

Para Lévinas, o rosto do outro é o que interpela e o que nunca se fenomenaliza ou adquire uma significação fechada. O rosto é a nudez, a ele não cabe

nenhuma forma de defesa ou civilização. O rosto pede uma resposta “como exposição sem reserva para o outro”, inspiração, testemunho, risco – “proximidade e não verdade sobre a proximidade”. (LÉVINAS, 1974, p. 120)

O desamparo do outro apresentado em seu rosto tem uma dupla maneira de ser encarado na clínica. De um lado, como já dissemos, ele é o desamparo do outro pedindo por ajuda, por outro lado, o rosto é aquilo que lança o analista numa situação de desamparo e precariedade, o tomando como refém. Tal distinção pode ser vista nas duas principais obras de Lévinas, *Totalidade e Infinito* (LÉVINAS, 1961) e *Autrement qu’être*² (LÉVINAS, 1974), enquanto em *Totalidade e Infinito* a ênfase é sobre a alteridade do outro e a impossibilidade de apreendê-lo numa ordem total de sentido, em *Autrement qu’être* a questão é a repercussão assimétrica do choque e a implosão que a alteridade do outro causa na subjetividade como sujeição para e pelo outro.

Nesse sentido, cada aposta clínica feita sobre um paciente, cada hipótese gestada pelo pensamento clínico é apenas uma possibilidade que toca tangencialmente ao rosto do outro, inassimilável e indefinível por princípio. Há, também, por parte do analista, a criação e manutenção de um espaço interno e de reservas psíquicas para lidar com o impacto do rosto sobre sua própria subjetividade, essa vulnerabilidade treinada é condição do contato com outro, sem ela o uso de recursos defensivos e catalogadores por parte do analista se torna preponderante, o que em última instância leva a um procedimento de separação e contenção do outro. Discutiremos de maneira mais clara os movimentos defensivos do analista no capítulo dois.

² Ainda sem tradução para o português.

2. Alteridade, Resistência e Contratransferência

Neste capítulo, continuaremos a tomar Lévinas como inspiração, porém, dando uma maior ênfase para a situação clínica, tentaremos entender a mútua afetação entre analista e analisando a partir das noções levinasianas de rosto e proximidade.

A questão crucial para Lévinas quando fala sobre o rosto e, mais tarde, sobre a proximidade, é saber como o outro pode aparecer sem ser reduzido a algo ou alguém que já existe no mundo. No contato com o outro, o mundo comum, repleto de coisas e pessoas familiares, explode e a face familiar tornar-se estranha e incomum. A experiência do estranho transforma-se em estranhamento da própria experiência (Waldenfles, 2004). Tal temática é amplamente explorada nos dois principais trabalhos de Lévinas, *Totalidade e Infinito* e *Othewise then being or beyond the essence*³. Porém, há nessa passagem de um trabalho para o outro, uma mudança de tonalidade. Enquanto, em *Totalidade e infinito*, a questão será o contraste entre a totalidade, entendida como o reino do mesmo, e o infinito vindo do outro que a excede e transforma, em *Otramente que ser*, escrito dezessete anos depois, umas das palavras chave será *proximidade*, entendida não como uma proximidade espacial, mas como um tipo de proximidade que inclui a distância, e até mesmo a aumenta (*Fernnähe*). Na

³ *Otramente que ser ou além da essência.*

proximidade do outro, escuta-se um comando, um chamado que vem do outro e exige resposta e responsabilidade.

Tomaremos essas duas dimensões, o infinito do outro e a necessidade de responder e se responsabilizar por ele, como inspiração para a leitura de um pequeno trecho do *Projeto para uma psicologia científica* (Freud, 1895), em que Freud discute a questão da necessidade. Esse trecho nos é particularmente interessante, pois Freud fala sobre o contato com o outro e sobre a possibilidade de satisfazer suas necessidades.

A tendência fundamental da filosofia clássica é construir uma barreira entre o sujeito e o objeto, entre si e o outro. Tal filosofia acredita que o objeto possa ser apreendido por uma compreensão totalizante de cunho racionalista, na qual os objetos que se apresentam à consciência podem ser tomados como fora dela e, plenamente explicados por ela. Como já vimos, essa tendência é questionada pelo pensamento de Lévinas, questionamento que também pode ser identificado no texto freudiano, embora de maneira não plena.

Acompanharemos Schneider (1993, 1997), que encontra dentro da trajetória freudiana, essencialmente no *Projeto para uma psicologia científica*, a mesma tendência da filosofia clássica. “Uma obra que parece se erguer para conjurar uma ameaça: a que poderia nascer de uma relação de vizinhança, de proximidade, entre o outro e o si.” (1997, p. 71). Freud discute a relação com o próximo e as implicações dessa relação para psiquismo. Para ele essa primeira relação com o desamparo do outro é a fonte de toda moralidade

A vivência da satisfação e da dor no Projeto

Na seção onze do *Projeto...* Freud (1895) discute a questão da satisfação dentro do aparelho psíquico. A tese fundamental é que se diminuindo a quantidade de excitação dentro do aparelho haverá uma vivência de satisfação. A primeira via tentada pelo aparelho é da *alteração interna*, isto é, aliviar a excitação através da “expressão de emoções, gritos, [e] inervação vascular” (p. 31). Porém, enquanto o estímulo endógeno, fonte de excitação, não for apaziguado não haverá uma vivência real de satisfação. Para que a vivência de satisfação ocorra, é necessário uma alteração no mundo externo, como diz Freud, uma *ação específica*: provisão de alimento e/ou proximidade do objeto sexual.

Há nesse ponto uma oposição entre a *alteração interna* como uma via ineficaz de satisfação, e a *ação específica* como via eficaz para o alívio da excitação. O organismo humano é incapaz, nos primeiros momentos de vida, de efetuar a ação específica por si próprio, assim, essa ação ocorre com ajuda alheia. Diz Freud: “Ela se efetua por *ajuda alheia*, na medida em que, através da eliminação pelo caminho da alteração interna, um indivíduo experiente atenta para o estado da criança” (Freud, 1895, p. 32). Por meio do grito ou das modificações internas advindas da excitação, um indivíduo experiente pode tomar conhecimento do que a criança realmente precisa, e assim, efetuar a ação específica.

Falando ainda sobre a alteração interna, Freud diz:

Esta via de eliminação passa a ter, assim, a função secundária, de mais alta importância, de *comunicação*, e o desamparo inicial do ser

humano é a *fonte originária* de todos os *motivos morais*. (Freud, 1895, p. 32).

Primeiramente, cabe notar que essa comunicação será de um tipo muito peculiar, pois o “indivíduo experiente” receberá um tipo de mensagem que está mais próxima do espasmo orgânico do que propriamente de uma mensagem. Secundariamente, o texto freudiano aponta para um desamparo inicial e fundamental do ser humano de onde se originam todos os motivos morais, como veremos a seguir.

Vale marcar que o entendimento freudiano apresentado nessa seção do projeto aponta para uma totalidade entre a demanda da criança desamparada e a resposta do indivíduo experiente. Como veremos, Schneider se servirá de Lévinas para apontar uma possível impossibilidade do indivíduo experiente em localizar a falta que causa o desamparo na criança.

Cabe ainda apontar que, dando continuidade ao texto, Freud explicará o mecanismo da vivência da dor, em que um grande aumento na quantidade de excitação rompe a primeira camada protetora do aparelho psíquico causando uma enorme quantidade de desprazer⁴. Freud diz que poderá se formar uma “imagem recordativa” entre a vivência da dor e o objeto que causou a excitação. Para nós, será interessante a articulação que Freud fará entre o objeto que causa tanto a vivência da satisfação como a vivência da dor, e o próximo.

⁴ Não entrarei nos pormenores do processo descrito no Projeto..., para tanto indico a edição brasileira traduzida por Osmar Gabbi Jr.

O rosto do próximo

A leitura que Schneider fará do *Projeto...* se dá a partir das contribuições levinasianas desenvolvidas em *Outramente que ser*. Schneider tomará o entendimento freudiano sobre o objeto, em que este tem uma função tripla. Primeiramente, como primeiro objeto de satisfação, depois como única potência capaz de prestar socorro e, finalmente, como primeiro objeto hostil. Vamos a elas.

O próximo como primeiro objeto de satisfação

Como vimos no capítulo anterior, o Eu, ao entrar em contato com o outro, é desalojado de sua condição de ingênua tranqüilidade. Esse desalojamento se faz devido à dessimetria extrema entre o Eu e Outro. O Outro é excedente ao Eu de tal forma que ao entrar no esquema do Eu introduz a dimensão do infinito dentro do esquema do Mesmo. A introdução do infinito dentro do Eu gera um movimento constante de tentativa de assimilação do Outro. O Eu buscará a totalidade sem nunca alcançar, e esse processo está longe de ser calmo e pouco angustiante.

Retomando o que já dissemos, Lévinas opõe ao mito de Ulisses que retorna à sua origem o mito de Abraão. Ao chamar Abraão, Deus diz: “Deixa sua terra e sua parentela, e vai para a terra que eu te mostrarei”. O chamado do Outro leva o Eu a um “sem retorno”, a um caminhar na direção do novo, totalmente desconhecido. O resultado do apelo do Outro é um Eu desalojado, caminhante, que não pode voltar à sua origem e nem chegar ao seu destino.

É nessa chave que Schneider lê o projeto freudiano. Como entender o grito do bebê recém-nascido? Pura expressão de uma necessidade orgânica? A leitura proposta por Freud no *Projeto* recorre a uma psicologia do condicionamento, em que o que estaria em jogo seria uma necessidade orgânica. Assim, aquele que é apelado poderia transformar-se num instrumento adequado para reparar uma falha localizável no Outro. Segundo Schneider (1993), o medo do Outro, medo de um entrelaçamento original, teria influenciado a maneira de Freud ler o “objeto de satisfação”.

A idéia de Schneider é que Freud tenta entender o primeiro contato com o Outro partindo do esquema da necessidade orgânica, isto é, o bebê grita, pois tem uma falta fisiológica – fome, dor, sede etc. – e o outro aparece como aquele que pode satisfazer essa necessidade.

O grito, entretanto, não tem uma necessidade manifesta, sua significação é dada por um outro e, por mais que o grito diga algo, é inevitável que ele passe pela sensibilidade e pela experiência desse outro para e ganhe alguma significação. O apelo do grito, longe de ser facilmente identificável e entendido, coloca aquele que ouve em uma situação de radical desamparo, “sem defesa”. A simultaneidade entre o dizer e o sentido é escavada, o sentido imediato perde-se frente ao apelo do Outro.

Freud (1895) diz que o “desamparo inicial do ser humano é a fonte originária de todos os motivos morais” (p. 32), porém a moralidade em questão considera o indivíduo experiente perfeitamente capaz de retirar a criança de sua situação de desamparo. Acompanhamos Freud no que diz respeito à possibilidade de responsabilidade, isto é, capacidade de responder de alguma forma, mas não na possibilidade de uma resposta clara e distinta que retire o desamparado de seu

desamparo fundamental. Assim, o indivíduo experiente não é alheio ao bebê, responde a ele, mas não o retira de seu desamparo, o sustenta durante seu desamparo.

O próximo como única potência capaz de prestar socorro

O grito é um apelo, um chamado que, num primeiro momento, não tem significação ou sentido, sendo apenas um espasmo fisiológico, um vibrar de membranas. Como, então, poderia o indivíduo experiente satisfazer uma necessidade que ele mesmo não é capaz de localizar de forma clara e ordenada? Assim, tanto aquele que apela quanto aquele que é apelado são lançados numa situação de profundo desamparo onde cada um é refém do outro.

Expressão pura de um desamparado fundamental e sem significação, dessa forma pode ser descrito o grito. Porém, o desamparo manifesto nesse apelo não é lançado ao vazio, mas é endereçado a um outro. Aquele a quem é endereçado o apelo precisa ter uma disposição de resposta, o que significa colocar-se no lugar de Abraão, lançar-se no desconhecido. A escuta do desamparo só pode se efetivar por um dilacerar-se de si, uma exposição profunda àquilo que vem do Outro e não tem sentido. A criação do sentido dá-se nessa fissão da unidade do Eu, nesse dar lugar ao Outro.

O chamado do Outro não é um chamado qualquer, ele não dá escolha àquele que é interpelado. A interpelação do Outro é um chamado à preservação da vida, ao não matarás. O Outro chama como se não houvesse outro que pudesse responder, recusar esse chamado significa deixar morrer.

O próximo como primeiro objeto hostil

Podemos nos remeter a outra situação descrita por Freud: o socorro esperado do outro se dá como “ajuda estrangeira” (*fremd Hilfe*). “Aquilo que é *fremd* corresponde ao não familiar, ao desconhecido, aquilo que só pode ser apreendido com um certo terror.” (Schneider, 1997, p. 73). O *Nebenmensch* pode ser entendido como esse estrangeiro, um estranho em uma relação de extrema proximidade. Na situação do bebê recém-nascido, o primeiro objeto hostil, e também a única coisa capaz de prestar socorro.

Para Lévinas (1974), essas duas faces do próximo se ligam na figura do médico.

A solidão da morte não faz desaparecer o outro, mas se mantém numa consciência da hostilidade e, por isso mesmo, torna ainda possível um apelo ao outro, à sua amizade e à sua mediação. O médico é um princípio *a priori* da mortalidade humana. A morte se aproxima do medo de alguém e na espera de alguém (p. 210)

A solidão da morte entendida com um desamparo, tão ou mais fundamental do que aquele vivido pelo bebê, não faz desaparecer a possibilidade de apelar ao outro para que este venha em seu socorro. O apelo ao médico é sinal da proximidade da morte, ou de sua possibilidade, mas ao mesmo tempo a ajuda que pode evitá-la.

O medo da supressão

Após essa primeira caracterização do *Nebenmensch* – primeiro objeto de satisfação, primeiro objeto hostil, única esperança de socorro – em que o próximo aparece em sua ambigüidade inerente, na polifonia, há um recuo no texto de Freud que tenta utilizar o julgamento e o conhecimento para lidar com o próximo. Vejamos o que nos diz Freud (1895).

Suponhamos que o objeto que [a] p[ercepção] forneça seja semelhante ao sujeito, isto é, um *próximo*. Então o interesse teórico também se explica pelo fato *deste* objeto ser ao mesmo tempo o primeiro objeto de satisfação e, além disso, o primeiro objeto hostil, assim como o único poder auxiliar. Por isso, através do próximo, o homem aprende a reconhecer. Então os complexos de percepção que decorrem deste próximo serão em parte novos e incomparáveis, suas *feições* no domínio visual; mas outras p[ercepções] visuais, por exemplo os movimento de sua mão, coincidirão no sujeito com a re[cordação] de impressões visuais próprias, bastante semelhantes do próprio corpo que estão associadas com re[cordações] vividas de movimentos vividos por ele mesmo. Outras percepções do objeto ainda, por exemplo, quando grita, despertarão a recordação do próprio grito e com isso de vivências próprias de dor. (p. 45)

Embora Freud diga que o sujeito apresentará complexos “novos e incomparáveis”, há uma ênfase na recordação e no reconhecimento do próximo, de tal forma que parte da ambigüidade e diferença é pacificada. A relação de aproximação do Outro, que era até então caracterizada como um terror extremo associado ao medo da supressão e como a suprema esperança de ajuda, passa para um domínio cognitivo de reconhecimento e controle. O pensamento levinasiano faz oposição ao fechamento que

Freud opera nesse momento do texto, situando esse Outro numa “proximidade anárquica que proíbe fechar o ser exposto”, ser que está aquém e além de qualquer tentativa de fechamento.

O grito não é apenas pura expressividade à espera de significação, trevas puras à espera da luz da consciência, mas aquilo que mostra o limite da própria luz. Apelo extremo ao outro, pedido de acolhimento, porém um pedido que está além de toda resposta que o outro pode dar, o que, de certa forma, instala no outro também um desamparo, que mostra ao apelado sua falta. Porém, no caso do grito, há uma diferença importante entre aquele que apela e o apelado: embora ambos, no momento da proximidade, sejam colocados numa situação de profundo desamparo, o apelado tem um lugar de onde experienciar esse desamparo. O que ele sente não é a ausência total de morada, mas a insuficiência de sua própria, a fragilidade de suas paredes e portas para conter o Outro, enquanto aquele que apela sente apenas a ausência total de uma morada.

O acolhimento do desamparo fundamental não se dá por um movimento intelectual, em que a consciência classifica e registra a experiência do Outro com base nos eventos já vividos, nem por uma escolha de abertura da morada à entrada do Outro, mas por uma inevitabilidade da invasão do Outro.

O Eu e Outro são ligados de maneira inextrincável no momento do apelo, as paredes da subjetividade não podem manter o Outro fora. Desse modo, o máximo que podemos fazer é oferecer um pouco de hospitalidade àquele que invadiu minha morada, e é a partir dessa tentativa de hospitalidade que o Outro pode ser acolhido.

Lévinas usará a maternidade como paradigma desse momento.

Passividade ou suscetibilidade pura, passividade ao ponto de se fazer inspiração, ou seja, precisamente alteridade no mesmo, tropo do corpo animado pela alma, psiquismo sobre as espécies de uma mãe que dá até o pão arrancado à sua boca. Psiquismo com um corpo materno (LÈVINAS, 1974, p. 85).

Tal exposição à alteridade dissolve a separação Eu-Outro e externo-interno, o apelo da alteridade não é localizável, mesmo que seja suposto como vindo de fora. A escuta do apelo não mais pode ser localizada. Escuta de mim, escuta do outro? A dimensão ética elimina tal distinção.

De certa forma, Lévinas dará cidadania ao *Nebenmensch*, o ser próximo de Freud. O termo que traduzido na sua literalidade refere-se a alguém que não é designado por sua função mas por seu lugar próximo, próximo o suficiente para ser ameaçador e para salvar. Tal proximidade também fará com que o grito jamais tenha sua autoria totalmente assumida por um dos sujeitos. Essa ambigüidade é mantida pela figura da maternidade. “Uma maternidade que nada tem de uma função empírica e accidental, mas que remete ao movimento simultaneamente fora de si e em direção à si que define o psiquismo” (SCHNEIDER, 1997, p. 86).

A proposta de Schneider de ler o *Projeto* a partir do texto levinasiano permite que marginemos territórios ameaçados pela alienação e resistamos a uma redução intelectual do Outro. Exercício de uma resistência passiva à redução do outro ao si, do diferente ao mesmo.

A sustentação da proximidade

O texto de Schneider é particularmente interessante por sua teorização sobre a proximidade quase fusionante do contato com a alteridade. Tomando como modelo de contato com a alteridade a relação da mãe com seu bebê, podemos dizer que sem essa relação de proximidade fusionante seria impossível à mãe responder ao apelo do bebê.

Dentro dessa proximidade quase fusionante, pensemos nos dois extremos a que ela pode ir em termos da resposta. Primeiramente, a fusão total: a mãe, ao ouvir o choro desenfreado do bebê, é arremessada na mesma angústia, o que suprimiria sua capacidade de contenção e significação, colocando-a no mesmo estado de desamparo. Em oposição a esta fusão, a resposta pode-se dar de forma a separar e alienar o outro, quando a mãe ao ouvir o choro diria: “Eu não posso simplesmente adivinhar o que ele quer!”. Como saída a esse não saber, a mãe poderia no máximo se utilizar de recursos representacionais para resolver a questão, como o conhecimento do médico ou da cultura. A mãe seria então remetida a uma lista de opções para o que significa o choro da criança.

O que a sustentação da proximidade permite é uma situação de quase fusionamento, em que a angústia do outro é sentida, sustentada e respondida por um dizer. Tal dizer não é uma explicação intelectual, ou algo que represente a angústia, mas uma palavra que se aproxima da função poética da linguagem, em que um sentido se cria. A resposta da mãe é, ao mesmo tempo, adivinhação, criação e tradução em significação.

Podemos dizer que a resposta àquele que é interpelado inverte a noção clássica de representação, em que primeiro existe o objeto, e depois, a representação. Aqui, o objeto é criado, na medida em que é dito pelo outro, mas o objeto é também adivinhado por esse outro, pois já estava lá.

Clínica, resposta e contratransferência

O pensamento de Lévinas nos arrasta para uma resposta incondicional ao apelo do outro, um outro infinito, inominável, desamparado, mas também ameaçador. Dizer o que *é* o outro é reduzi-lo ao mesmo, tomá-lo como objeto de contemplação, inseri-lo no esquema da necessidade e no campo assimilativo do Eu, e, assim, negar sua alteridade. Lévinas propõe a ética antes da ontologia, resposta antes da significação. A pergunta que se coloca é: o que o pensamento de Lévinas inspira na clínica psicanalítica?

Sem dúvida que esse pensamento tenta dissolver a separação entre o sujeito e o objeto, e não só isso, mas também convoca a uma porosidade entre o Eu e o Outro, onde os limites e as fronteiras ficam indistintos. Será esse então o caminho, arremessar-se abertamente ao Outro, responder prontamente ao chamado? Mais ainda, o que isso significa clinicamente? Que tipo de implicação a ética levinasiana pede ao analista?

Cabe aqui um apontamento: nesta articulação que se seguirá estarei pensando na clínica de pacientes neuróticos, casos nos quais opera aquilo que Winnicott (1962) chama de análise padrão. Não que o pensamento de Lévinas não tenha importantes

contribuições também na clínica de pacientes não-neuróticos, mas por questões de praticidade me aterei à clínica da neurose.

Pensemos o processo mais original da situação analítica, a transferência. A transferência, lida dentro do projeto levinasiano, é o chamado do Outro, o pedido de ajuda, aquilo que se dirige ao analista e demanda dele uma resposta. Tal resposta, como vimos, não se dará no campo de uma catalogação intelectual, nem numa tentativa de compreender ou assimilar o paciente ao conjunto de experiências do analista.

Quando falamos da resposta do analista diante de uma disposição afetiva do paciente, entramos no delicado campo não só dos manejos e interpretações, mas também das contratransferências. Vejamos como podemos articular o pensamento levinasiano no que tange à dimensão de uma resposta ao Outro enquanto diferença, e a noção de contratransferência. Claro que o conceito de contratransferência não dá conta de tudo aquilo que pode ser chamado de uma disposição afetiva em relação ao paciente, mas creio que é suficiente para o que vamos articular.

Figueiredo (2003) discorre acerca de uma contratransferência primordial, isto é, uma pré-disposição afetiva por parte do analista, antes mesmo de que possamos falar de transferência por parte do analisando.

[...] Um deixar-se colocar diante do sofrimento antes mesmo de se saber do que e de quem se trata. [...] deixar-se afetar e interpelar pelo sofrimento alheio no que tem de desmesurado e mesmo de incomensurável, não só desconhecido como incompreensível. (p. 128).

Aqui, a articulação com Lévinas fica clara, sendo citada pelo próprio Figueiredo.

Além dessa pré-disposição inicial, que será condição de todo e qualquer tratamento analítico, continuando nessa esteira da contratransferência, poderíamos pensar dois outros movimentos do analista. Um movimento em que a dimensão da resposta se dá pela separação, e outro em que isso ocorre por um fusionamento.

Para articular essas duas dimensões, utilizarei as noções de resistência à transferência (LACAN, 1954) e de resposta maciça à transferência. O entendimento lacaniano dos primeiros escritos de Freud nos é interessante, pois pensará a transferência como articulação de lugares que podem, ou não, ser ocupados pelo analista.

Também me utilizarei da leitura que Schneider faz dos primeiros escritos de Freud onde, diferentemente de Lacan, e em oposição a ele, lerá a transferência e os demais conceitos freudianos pela via dos afetos, sem o sotaque lingüístico de Lacan. Cremos que ambos os pontos de vista nos ajudarão.

A resistência do analista

Para além de toda a discussão sobre a interpretação ego a ego, e todas as críticas lacanianas à *Ego psychology*, Lacan trabalha, em seu seminário de 1953, o conceito de resistência como resistência do analista. É importante frisar que o interesse lacaniano nesse texto é contrapor o conceito de resistência do paciente ao de resistência do analista. O nosso interesse, no entanto, é articular esse conceito à idéia de redução à *mesmidade* de Lévinas.

Lacan fará, no seminário de 1953, uma discussão sobre a singularidade do sujeito, sobre quem fala na análise, tentando sempre mostrar que se trata de uma situação em que existem dois sujeitos mediados pela linguagem. O que, como já dissemos, reduzirá a transferência a uma articulação entre os lugares de onde o paciente fala e de onde o analista responde. Dentro desse contexto, Lacan apresentará sua idéia do que é a resistência, e de como isso se articula com a transferência.

Primeiramente, Lacan conceitua a resistência do analisando como algo que se produz do lado consciente, mas cuja natureza está diretamente ligada ao que foi originalmente recalcado. Assim, para Lacan, a resistência do analisando será tanto maior quanto mais próximo ele estiver do núcleo daquilo que foi recalcado. Deve-se ter em mente que essa relação espacial de proximidade ou distância com o núcleo do recalque é medida pela quantidade de camadas de cadeias significantes que cobrem o recalcado.

À medida que a análise progride, isto é, que o trabalho do significante avança, o paciente se aproximará do núcleo do recalque e, conseqüentemente, a resistência se tornará maior. Tal resistência se apresentará tanto como recusa associativa quanto como pensamentos acerca do analista.

“É no movimento através do qual o sujeito se revela, que aparece um fenômeno que é resistência. Quando a resistência se torna muito forte, surge a transferência.” (LACAN, 1953, p. 53) Quando a resistência atingir um ponto máximo, como que por uma inversão, ela se transformará em transferência.

A transferência pode ser entendida como uma mudança da posição discursiva, um apelo do sujeito ao defrontar-se com aquilo que lhe é mais assustador. Diante do medo e do desamparo em lidar com o recalcado, a fala é dirigida de maneira

transferencial ao outro. Na visão de Lacan, o analista, por questões suas, pode resistir à transferência que lhe está sendo imposta.

O analista diante dessa relação de proximidade e de entrelaçamento, em que perdeu suas seguranças e foi colocado num lugar que não é o seu próprio, teme. Na tentativa de retornar às suas certezas, e não responder a esse apelo, o analista restitui os lugares.

Podemos, com Schneider, reler Lacan tentando considerar a dimensão afetiva desconsiderada por ele. Pensando pela via dos afetos, o analista faz, na resistência à transferência, um movimento de isolamento de si frente à carga afetiva vindo do analisando. A restituição de lugares claros isola o afeto por meio de uma fala objetivante.

Nesse sentido Schneider (1993) acrescenta:

“Toda afeição, que é uma paixão, cessa de ser uma paixão quando dela temos uma idéia clara e distinta. O acesso à linguagem e aos movimentos das representações marcaria a emergência fora de uma existência amordaçada, mumificada pelo afeto. (, p. 11)

O que nos deixa antever também o movimento oposto à catalogação que é a “mumificação pelo afeto excedente”.

O processo de vivência da transferência é sem rumo e sem defesa, uma resposta ao chamando do Outro no sentido que Lévinas lhe dá, isto é, caminhar para o sem destino do chamado. Colocar-se nessa situação de sem defesa e de incertezas é condição para uma resposta terapêutica ao sofrimento do Outro.

A resposta maciça à transferência

A idéia de uma resposta maciça à transferência diz respeito ao processo no qual o analista responde à transferência de maneira a não considerar o processo transferencial em jogo. Pensamos aqui num apelo tão desesperado, tão forte no sentido pulsional, que o analista responde diretamente a ele.

Pelo viés da leitura de Lacan, trata-se de um movimento onde o analista deixa-se colocar no lugar transferencial, porém não o leva em consideração no momento da resposta. O movimento do analista em relação à transferência pode ser entendido como uma aceitação de sua impossibilidade frente ao sofrimento, uma vez que ele não responde diretamente a ele, mas o acolhe, para responder-lhe de uma outra posição.

O analisando, ao procurar um analista, coloca sobre ele muitas e diferentes transferências, e dentre estas podemos destacar a esperança de que o analista o ajude no seu desamparo. A resposta a esse desamparo fundamental não se dá através do amparo direto, uma vez que isso foge às possibilidades do analista, mas através de uma resposta que dê condições ao analisante de lidar com o desamparo.

Essa identificação com o lugar da transferência afunda o analista numa dinâmica afetiva paralisante. Diante do excesso vindo do outro, ele tenta uma redução ao esquema do Mesmo que insere o excesso dentro de um regime de contenção, mas não de acolhimento.

Uma resposta direta ao apelo transferencial coloca o Outro dentro da igualdade do Eu, negando o que nele é profundamente assustador, isto é, sua alteridade. Ao igualar a alteridade do Outro ao Mesmo o Eu pode responder, a resposta, porém, não é ao Outro, mas a sua mesmidade.

Tanto se considerarmos a transferência como uma articulação complexa de lugares, quanto se a inserirmos numa dinâmica dos afetos, a questão aparece sempre ligada a uma relação onde a simultaneidade e a imediatismo têm de ser deixados de lado. Nem identificação de posições, nem negação; nem afundamento no afeto, nem distanciamento pela fala objetivante. Há na resposta à transferência uma terceira via. A resposta do analista se faz de um outro lugar, nem do lugar em que o analisando o coloca, nem do lugar que ele ocuparia para se defender, porém desse outro lugar que permanece entre duas posições que precisam ser simultaneamente sustentadas numa tensão.

A questão afetiva opera de forma semelhante. A fala do analista não pode ser desafetada, sem mobilização afetiva, mas por outro lado, tal afetação e mobilização não podem ser extremadas, já que isso leva a uma imersão paralisante no afeto. O afeto envolvido na fala do analista é um afeto filtrado e trabalhado no seu próprio psiquismo, uma implicação que fica entre a paralisia e a resposta automática.

3. O Processo metafórico e a possibilidade de um campo de diferenciação

Neste capítulo, articularemos a relação entre o dito e o dizer colocada por Lévinas, com a proposta de Hillis Miller sobre as construções freudianas. A idéia é pensarmos a clínica psicanalítica neurótica, a partir de um processo de metaforizações que seguem a lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”. Pensamos que essa estratégia utilizada por Hillis Miller pode dar ricos frutos na clínica quando articulada às relações entre o dito e o dizer em Lévinas. Outra questão, que fica de pano de fundo a esta discussão, é a idéia levinasiana da precedência da ética em relação à ontologia, que discutirei brevemente antes de entrar propriamente na leitura de Hillis Miller.

Esse capítulo surge a partir de um conjunto de questões que foram gestadas nas leituras de Lévinas, e de possibilidades de pensar a figura do Outro enquanto diferente e inapreensível, pois ela é, fundamentalmente, diferença. Disso, surgem as seguintes questões. Como o analista se torna diferença? Como responde a um objeto transferencial? Como um paciente fala de um lugar diferente? Que lugar precisa se criar para que a diferença seja ouvida? Como instalar um campo de diferenciação? Como a resposta do analista frente ao analisando é introdutora da diferença? Não tenho a pretensão de responder a todas essas questões, esse texto tenta apenas encaminhá-las.

Como veremos, a proposta do uso da metáfora, tal como é descrita por Hillis Miller, é uma das possibilidades de sustentar uma posição trucada frente ao analisando, em que os sentidos são criados, mas mantidos num campos de deslizamento para que não se fechem em novos sentidos previamente dados.

A ética como filosofia primeira

Ao recolocar a questão ontológica, preconizando a ética, Lévinas enfatiza a dimensão da resposta que o outro pede. Porém, ao fazê-lo ele redefini, ou ao menos, recontextualiza próprio estatuto da linguagem. Centrando-se na proposição heideggeriana da linguagem como morada do ser, Lévinas apontará de inúmeras maneiras para a insuficiência dessa morada em acolher o outro. Cabe aqui uma pequena palavra sobre a questão ontológica em Lévinas. Para introduzir a questão ontológica em Lévinas, farei uso de um pequeno texto, “O interesse de Lévinas para a psicanálise: Desinteresse do Rosto” (FIGUEIREDO, 1997), onde Figueiredo discute o interesse de Lévinas para a psicanálise a partir de interlocuções com Husserl e Heidegger.

A reflexão husserliana assenta-se sob uma suposta primazia das relações sujeito-objeto: o modelo do conhecimento de Husserl pauta-se sobre a intencionalidade da consciência, onde o sujeito cria o objeto na mesma medida em que o objeto cria o sujeito, porém, essa relação ainda se faz através de alguma forma de relação entre a representação e a coisa representada. Husserl tomará esse modelo de relação como protótipo para a relação do homem com o mundo.

Lévinas, mesmo se pautando em Husserl, irá colocar a questão de uma maneira um pouco diferente: sua ênfase será sobre a adequação do objeto ao sujeito. O conhecimento teórico sempre será a assimilação de um ente por uma consciência. A questão é que nem sempre os entes são assimiláveis, a consciência reduzirá esse inassimilável do ente ao assimilável, num processo violento que tentará compreender o ente. Um exemplo de um processo semelhante é a descrição de Nietzsche da experiência da folha:

“Todo o conceito nasce por igualação do não igual. Assim como é certo que nunca uma folha é inteiramente igual a uma outra, é certo que o conceito de folha é formado por arbitrário abandono dessas diferenças particulares, por esquecer-se do que é distintivo” (NIETZSCHE, 1983).

Porém, a questão em Lévinas é um pouco mais radical. Nietzsche critica o abandono da singularidade em favor da representação e da comunicação; em Lévinas, essa singularidade adquire o estatuto de alteridade, sempre excedente não só ao modelo representacional, mas à própria compreensão.

Em Lévinas, a consciência intencional de Husserl é deixada de lado em favor de uma outra consciência: nem objeto externo, nem interno, nem a própria consciência reflexiva tomando a si mesma como objeto. “Trata-se de uma consciência que é atingida e, mais ainda, traumatizada pela transcendência na ‘forma’ do que – destituído de forma – é uma excedente de sentido, um excesso, que se irradia da alteridade o outro.” (FIGUEIREDO, 1997, p.42). O ser e, conseqüentemente, a subjetividade, o psiquismo, nascem para conter isso que as excede, ou seja, para acolher o Outro. A subjetividade é um movimento contínuo que tenta acolher o que não pode ser acolhido, um movimento em direção ao infinito.

Dentro da proposta levinasiana, a ontologia deixa de ser a pedra fundamental da filosofia e das relações para ceder lugar à ética. Isso significa dizer que, antes de toda e qualquer forma de conhecimento ou assimilação, há uma resposta ao Outro. Disto também se deriva a possibilidade de violência ao Outro, quando ao invés de respondermos ao outro na sua diferença, tentamos recorrer à ontologia ou às outras formas de catalogação.

Nenhuma forma de resposta que não considere a precariedade de sua eficácia será ética. Desta forma, um dizer, seja ele qual for, que não mantenha uma dimensão de abertura ao inesperado, reduz o outro ao mesmo, anulando sua diferença. O sentido da linguagem nesse caso não se dá pela adequação do objeto a representação, mas pelo tangenciamento das representações a um objeto intrinsecamente inassimilável.

Recorremos à proposta de Hillis Miller que, ao ler os textos freudianos, encontra um tipo de lógica que não permite apreender o objeto num discurso totalmente racional, o que mantém um campo de deslizamento de metáforas.

“Não apenas isso, mas em vez disso”

Feita essa explanação do que pretendemos, vamos à questão da diferença, naquilo que tange à clínica psicanalítica. Utilizarei para isso um texto de Hillis Miller, “Construções na crítica literária” (HILLIS MILLER, 1995). Nesse pequeno ensaio, o autor começa se questionando sobre o motivo pelo qual a crítica literária se vê sempre precisando de outros autores para fundamentar seu trabalho, e faz um comentário sobre a possível utilização de Freud na interpretação de obras literárias. Hillis Miller se utiliza, sobretudo, dos “Estudos sobre a Histeria” e de “Construções em Análise”; seus

comentários são particularmente interessantes ao frisar que Freud se utiliza de uma lógica marcada pelo “não apenas isso, mas em vez disso” em lugar da lógica do “além disso, aquilo”. Primeiramente, veremos como essa lógica se instala nas metáforas que Freud utiliza nos “Estudos sobre a Histeria” e em “Construções em Análise”, para fazermos algumas colocações sobre como essa lógica marcaria o processo de transferência.

Nos “Estudos...” existem descrições minuciosas sobre o procedimento terapêutico de Freud. No capítulo IV, “A psicoterapia da Histeria”, há uma quantidade relativamente grande de casos que puderam ser elucidados pelo método catártico, e de como a pressão sobre a cabeça dos pacientes, pelo seu efeito de sugestão, permitia que eles se lembrassem dos episódios traumáticos e, assim, acontecer a cura. O texto das “Construções...”, mesmo tendo sido escrito quase 40 anos depois, mostram um Freud ainda confiante no valor da recordação na operação da cura, embora o estatuto do que é recordado sofra algum questionamento:

“Com bastante frequência não conseguimos fazer o paciente recordar o que foi reprimido. Em vez disso, se a análise é corretamente efetuada, produzimos nele uma convicção segura na verdade da construção, a qual alcança o mesmo resultado terapêutico que uma lembrança recapturada. O problema de saber quais as circunstâncias em que isso ocorre e de saber como é possível que aquilo que parece ser um substituto incompleto [Ersatz]⁵ produza todavia um resultado completo – tudo constitui assunto para um investigação posterior.” (FREUD, 1937, p. 284)

Nos “Estudos...”, o conceito de verdade é o de verdade por correspondência, isto é, aquilo que é recordado pelo paciente precisa de alguma forma corresponder ao que aconteceu de fato em algum tempo passado. Já nas “Construções...”, isso se coloca

⁵ Ersatz significa artificialmente construído, não tão bom quanto a coisa real.

com certa dúvida, pois como um “substituto incompleto”, com força de realidade menor, pode ter um resultado completo? Que tipo de verdade está em jogo na recordação construída?

Que tipo de lógica capacita um substituto, construído a partir de fragmentos desconexos, a surtir o mesmo efeito do elemento originalmente perdido? Considerando que é a lembrança do elemento original que efetua a cura, Freud teoriza a respeito disso através de um grande conjunto de metáforas. Nas “Construções...” estão presentes o trabalho de reconstrução do arqueólogo, a comparação entre a construção com delírios e alucinações, e a própria metáfora da construção e da reconstrução, pois nada garante que o procedimento utilizado por Freud seja realmente uma reconstrução. As metáforas são ainda mais estranhas e desconexas nos “Estudos...”, onde aparecem diferentes figuras do labirinto, um conjunto de linhas em torno de um núcleo patogênico, figuras que fazem alusão a um núcleo do qual saem linhas que retornam a ele. Primeiro Freud fará uma distinção entre o patogênico e o normal, depois Freud dirá que o núcleo patogênico é feito da mesma substância que o ego que o comporta.

Hillis Miller nota que o próprio Freud num momento de autocrítica assume que está “utilizando (...) um certo número de comparações, todas elas com uma semelhança muito limitada em relação (...) ao assunto e que, além do mais, são incompatíveis umas com as outras.” (FREUD, 1895, p. 58). Freud estava ciente da estranha relação que regia o processo de cura; as metáforas por ele descritas não tinham a pretensão de elucidar por completo o processo analítico, tampouco de descrevê-lo, mas simplesmente de criar uma significação pelo processo metafórico. As metáforas permitem utilizar a linguagem de maneira a não deixar que o processo representacional defina por completo aquilo que resiste a ser definido.

Mais uma vez, Hillis Miller nos ajuda a entender que estranha lógica é esta utilizada por Freud.

“A forma assumida pela seqüência de figuras não é meramente a da justaposição linear, nem exatamente a de uma ‘concatenação’, (...) mas uma espécie estranha de adição, que é ao mesmo tempo subtração. (...) É como se Freud dissesse: ‘É isto aqui. Não, não é isto, mas na verdade é aquilo, embora ainda seja isto. Não, não é aquilo, mas é realmente essa outra imagem, embora ainda seja as outras duas’, e assim por diante.” (HILLIS MILLER, 1995, p. 60)

Freud justifica sua sucessão de metáforas pela complexidade do tema. Parece-me mais interessante pensar que a sucessão de metáforas se deve à incapacidade do objeto ser apreendido de outra forma. A metáfora permite um movimento contínuo da lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”, sem que as figuras ou as significações tenham pretensões de verdades representacionais, o que significaria algo como “não isso, mas na verdade aquilo”.

Outro ponto importante, que no momento irei apenas citar, e espero que se esclareça quando tratar mais detidamente da questão da transferência, é que esse processo de metaforização não visa expandir o campo do sentido, tornando-o mais abrangente ou verdadeiro. Não se trata de criar mais metáforas para mostrar outras significações complementares às primeiras, ou mesmo para mostrar que as primeiras estavam erradas. Cada metáfora criada não expande o sentido da anterior, por vezes até a contradiz, mas nesse movimento a diferença se cria, seja de metáfora para metáfora, seja do sujeito com ele mesmo, ou dele frente ao outro.

Dimensões transferenciais

Tomemos o que nos diz Freud no caso Dora: “O que são transferências? São novas edições ou fac-símiles dos impulsos e fantasias que surgem e se tornam conscientes durante o desenrolar da análise; mas elas têm essa peculiaridade, que é característica de sua espécie, de substituírem [Ersetzung] alguma pessoa conhecida pela pessoa do médico...”. Nesse pequeno excerto, Freud caracteriza a transferência como uma substituição, mas de que natureza seria essa substituição? Seguindo o que já falamos anteriormente, acreditamos que a transferência segue a mesma lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”.

A relação entre analista e analisando é aquela que está ali presente no momento do encontro, mas em vez disso também é uma reedição de alguma outra relação, com o pai, por exemplo, mas em vez do pai que ele teve, pode ser o pai que ele gostaria de ter, mas não apenas o pai, mas outros que ele mesmo chamou de pai, e assim por diante, num série infinita. O analista, porém, não é apenas o pai, mas em vez disso, é o analista.

Um exemplo bastante interessante desse processo é a fantasia infantil. Um menino pega uma vassoura, a coloca no meio das pernas, e diz que ela é um cavalo. Coloquemos isso dentro de nossa lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”: a vassoura nunca deixou de ser vassoura, mas em vez de ser apenas uma vassoura, ela se transformou em um cavalo. O que permite que esse acontecimento continue no campo do brinquedo, ou da fantasia, e desempenhe sua função é o fato de a vassoura continuar sendo uma vassoura, e não ser cavalo antes da brincadeira do cavalo, isto é, ninguém brinca que uma vassoura é uma vassoura. O fantasiar do brinquedo infantil se faz em

torno de elementos que permitem a lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”. Se o menino estivesse em que cavalo de verdade, ele não poderia brincar que anda a cavalo, pois já estaria fazendo isso, mas em vez de somente andar a cavalo poderia brincar imaginando que é um xerife perseguindo bandidos.

A transferência, nesse sentido, permite que novos sentidos sejam vividos e criados, metaforicamente falando. As respostas do analista consideram não apenas o que o analisando diz, mas, em vez disso, criam novos campos de significação não existentes anteriormente. Não se trata de dissolver as ilusões existentes e instaurar a realidade dos fatos, mas através de suplementos metafóricos, trazer luz ao impensado do discurso, ao inapreensível do sujeito.

Retomamos aqui a discussão do final do segundo capítulo. Segundo nosso exemplo da vassoura, haveria pelo menos dois aspectos que poderiam prejudicar o processo. Um deles seria o analista ser o cavalo, isto é, responder maciçamente transferência, sem metaforizá-la adequadamente, sem deslizar dos lugares que o analisando o coloca. O outro aspecto seria o analista não ser o cavalo, colocar-se sempre do lado da realidade, não se permitir ser colocado em lugar nenhum, resistir ao processo de transferência, isto é, ser sempre uma vassoura.

O problema, assim, encaminha-se para a questão da diferença no seguinte sentido: o analista reagirá diferente do cavalo, e também diferente da vassoura. Pensando em pacientes que não continuaram suas análises, comigo já ocorreram casos em que a não continuidade se deu devido a uma resposta que não levou em conta o lugar transferencial, o que encerrou o processo que estava sendo desenvolvido ali, como também o oposto, onde a resposta foi feita diretamente a uma transferência

maciça. Não se trata assim de dissolver ou manter as metáforas, mas de permitir a criação de novas e diferentes metáforas.

A questão da diferença

O que é necessário para criar um campo de diferenciação na ato de análise, onde é possível ao analista e analisando a criação de novas metáforas? Freud na última parte de “Construções...” compara as construções feitas durante uma análise aos delírios de pacientes psicóticos. Sendo bem simplistas, poderíamos dizer que se na psicose os pacientes sofrem de falta de realidade, na neurose os pacientes são sufocados por ela.

Certamente, se levarmos a análise para um campo em que as representações continuem com suas pretensões de correspondência com os objetos, teremos uma redução do processo metafórico, pois este será entendido como erro de correspondência, e o reino do igual, do fazer sentido e do mesmo estará instaurado. O campo que parece ser mais apropriado ao processo é o do devaneio, que se mantém enquanto metáfora, na lógica do “não apenas isso, mas em vez disso”. É importante notar que tanto na pura representação quanto no delírio a realidade se perde. No primeiro caso, a realidade ou o ser das coisas sucumbe perante a objetividade e, no segundo caso, a realidade é abandonada, e o laço metafórico que une os sujeitos é desligado.

As metáforas mantêm o campo de diferenciação aberto, pois embora não sejam capazes de dizer o que o outro é, possibilitam responder a ele naquilo que ele é. A transferência não pode dizer o que o paciente é, ou mesmo, como pretendia Freud,

trazer à tona todas as memórias traumáticas dos pacientes, mas permite um campo onde se pode responder a ele, não apenas desmontando suas metáforas, mas, em vez disso, dar-lhe outras que dêem novos sentidos às primeiras.

4. À Guisa de Conclusão

Não faremos uma conclusão deste trabalho onde perguntas iniciais são respondidas, uma vez que, as perguntas foram gestadas e encaminhadas ao longo da pesquisa. Este foi muito mais um relato de um caminho, do que uma resposta a uma pergunta de pesquisa. Perguntas totalmente claras, e respostas que podem ser demonstradas, não fazem parte do estilo de Lévinas. cremos que, por força do estilo e do pensamento dos autores que trabalhamos, cabe apenas uma retomada das principais questões tratadas, e a apresentação de algumas perspectivas.

Embora já tenhamos dito isso, cabe lembrar que a psicanálise possui seus próprios recursos para resolver seus problemas epistemológicos, isto é, a psicanálise é também uma epistemologia. Nossa idéia nunca foi à de embasar ou justificar filosoficamente a psicanálise, apenas contribuir para sua teorização de um outro lugar, que é o da filosofia de Lévinas.

Os projetos da psicologia como ciência surgiram na segunda metade do XIX e foram atravessados por duas tradições epistemológicas distintas. De um lado temos a pesquisa *naturalista do psiquismo*, e do outro, a investigação *clínica do psiquismo*. (FIGUEIREDO, 1996a). Enquanto a primeira tem uma longa história de ligação com a universidade e a pesquisa acadêmica, a segunda tradicionalmente é feita em

consultórios fora dos muros da universidade, e é frequentemente questionada sobre sua posição dentro da universidade.

A pesquisa natural é um campo essencialmente associado ao que Lévinas chamaria de *ordem*, de uma criação de saberes e práticas que delimitem um campo claro e homogêneo. Nesse campo, são comuns as atividades descritivas e classificatórias com vistas a estabelecer conexões explicativas entre os fenômenos. Mesmo quando a pesquisa natural não chega a uma representação clara e precisa, e opera por via de metáforas ou modelos, seu objetivo é o de alcançar planejamento, manejo e controle.

Cremos que a pesquisa clínica em psicanálise está muito distante dos mecanismos da ciência natural. O que faz com que o olhar das ciências naturais sobre o conhecimento psicanalítico lhe atribua uma característica precária. Não queremos desmentir tal precariedade dizendo que a psicanálise tem planejamento e controle, mas mostrar que se as teorias em psicanálise por vezes parecem precárias, essa é, paradoxalmente, uma precariedade teórica “planejada e controlada”. A teoria é mantida numa dimensão absolutamente rigorosa, entretanto, sem se render ao pensamento racionalizante.

No primeiro capítulo, nos utilizamos das oposições entre conhecimento *tácito* e *explícito*, e entre conhecimento *focal* e *subsidiário* para pensar numa psicanálise inspirada na filosofia de Lévinas. Retornaremos a esses conceitos, agora, para os pensarmos pelo viés da teoria e da prática psicanalítica. Cremos que uma determinada concepção de teoria e prática no campo da psicanálise leva a conseqüências diretas na forma de produzir conhecimento e na clínica em si.

Apenas para situar mais uma vez o leitor na discussão, essas oposições são propostas por Figueiredo (1996a), que se inspira em M. Polany. O conhecimento tácito é o conhecimento incorporado pelo sujeito “às capacidades afetivas, cognitivas, motoras e verbais” (p. 87), ou seja, é um conhecimento silencioso que, embora esteja presente no momento da experiência, não se apresenta de maneira explícita. Já o conhecimento explícito é o que pode ser dito e convertido em representações, como uma teoria. A outra oposição proposta por Figueiredo é entre o conhecimento focal, que “implica numa apreensão temática dos objetos”, e o subsidiário, que é uma apreensão não temática que cria contextos e fundos para que o foco possa se dar.

Figueiredo trará à discussão as idéias de Feyerabend, em que os trânsitos entre o conhecimento tácito e o conhecimento explicativo dependerão das estratégias representacionais adotadas. As *tradições teóricas* se utilizarão de listas e esquemas classificatórios cada vez mais refinados e claros para tentar dar conta do conhecimento explícito. Já o que Feyerabend denominou *tradições empíricas* ou *narrativas* se utilizarão de narrativas dramáticas e históricas para fazer tal articulação.

Primeiramente, é preciso elaborar o luto da idéia de que um dia um conhecimento explícito será capaz de reproduzir o que se dá no conhecimento tácito e da possibilidade das teorias serem totalmente incorporadas às práticas. Ou seja, não existe a possibilidade de constituição de uma totalidade entre conhecimentos tácitos e explícitos.

Em segundo lugar, cabe notar que um pensamento que opera muito mais por narrativas e metáforas tende, por força de seu estilo, a conservar brechas maiores para a irrupção de questões e ambigüidades. A narrativa vista a partir das tradições teóricas

é precária, pois trabalha numa tensão que não abandona a ambigüidade e a polifonia do sentido.

Outro elemento importante é a consideração, cada vez mais freqüente, da abertura para o outro nas formas de subjetivação contemporâneas. Isto é, a tentativa de eliminação do caos e do estranho como o contrário da ordem cede lugar a um entendimento positivo do caos. Como afirma Sueli Rolnik (1994):

De negativo da ordem, o caos passa a ser considerado em sua positividade: ele é processualidade intrínseca a todos os corpos, efeito de seu inelutável encontro com a alteridade. [...] E o que vai nascendo é um modo de subjetivação constituído na base da abertura para o outro, e portanto, para o caos. Uma subjetividade intrinsecamente processual. (p. 13)

A teoria em pesquisa clínica precisa, necessariamente, ser retomada de um ponto vista em que as pretensões totalizantes sejam abandonadas; a perda e o ganho de sentido nas transposições entre teoria e prática e vice-versa seja admitida; e o caos seja considerado na sua positividade.

A consideração heideggeriana sobre a técnica, onde esta é tomada como “um modo de dar a ver, de configurar, meio que opera dando a ver e configurando *aquilo que* – ao contrário da *physis* – não *se mostra por si mesmo*; é a técnica como *poiesis*” (FIGUEIREDO, 1995c, p. 158), nos parece uma boa maneira para pensar o estatuto da teoria em pesquisa clínica.

Assim, há diversos modos de dar a ver, diversas técnicas que caracterizam diferentes épocas da História. Temos trabalhado ao longo da pesquisa com oposições entre pensamentos de cunho totalizante e pensamentos que mantêm a abertura ao

inédito. Os primeiros consideram negativamente o caos e alteridade, enquanto os últimos, os consideram positivamente.

A obra de Lévinas é uma defesa da não totalidade e de uma passividade que permita que o outro se mostre. Cada vez mais, Lévinas caminhou para uma radicalidade na consideração do outro, de tal maneira que sua própria “técnica” de escrita começou a se defrontar com o problema de como criar espaço para o outro dar-se a ver. Expressões como “traço, passado e sombra do mesmo”, “mais passivo que qualquer passividade”, “imediatismo maior que o imediato”, tornam-se mais comuns, apontando para uma forma de pensar eruptiva que trabalha mais com dicas e rastros de um caminho do que propriamente com resultados (WALDENFELS, 2004). cremos que, de alguma forma, essa mudança de estilo aponta para aquilo que Lévinas já havia falado do ponto de vista filosófico, a impossibilidade de a ordem conter o outro.

O acaso tomado na sua vertente constituinte é uma das figuras da alteridade do outro. Figueiredo (1995c) fala sobre esse dois tipos de acaso.

Acasos constituídos seriam aqueles que se mostra como rupturas de uma ordem, como desvios de uma norma, em que ordem e norma os antecedem histórica e ontologicamente. Haveria primeiro, ordem, para só depois haver acaso. Já o acaso constituinte impõe-se como primeiro. Antes há o caos, a indeterminação, para só depois impor-se a ordem. (p. 160)

A teoria, assim, tem de se orientar não apenas para dar conta, ou anular os acasos constituídos, mas considerar o acaso como constituinte. O acaso, a indeterminação e o acidental criam um campo onde as subjetividades podem ser constituídas e reconstituídas.

No segundo capítulo, pensamos a resposta e a proximidade do analista frente ao analisando no sentido levinasiano. cremos que estas duas dimensões, de uma maneira ou de outra, estão presentes em todo trabalho clínico. Responder ao outro na sua diferença e sustentar uma proximidade onde isso possa ocorrer: eis duas perspectivas importantes trazidas pelo trabalho de Lévinas.

Falta, porém, discutir até que ponto essas duas dimensões trazidas pela obra de Lévinas podem ser totalmente acompanhadas pela clínica. Tentamos nos inspirar em Lévinas sem perder a clínica de vista, mas, ao longo da pesquisa, ficou clara a impossibilidade de acompanhar totalmente a ética levinasiana na clínica.

A subjetividade como corpo materno, como Lévinas salienta, traz muitas possibilidades, mas dificilmente um analista se proporá a substituir o analisando em seu sofrimento. Nesse aspecto, Lévinas traz uma cabal contribuição que nos alerta para a importância da consideração ética em nossa relação com o outro. Porém, é necessário limitar Lévinas a uma inspiração, sob o risco de reduzir a psicanálise a simples relação ética no sentido levinasiano.

cremos que isso ficou relativamente claro quando falamos sob a questão da transferência. Lévinas traz a tona toda a dimensão de resposta ao sofrimento e de ambigüidade presentes na transferência e na contratransferência. Entretanto, de maneira nenhuma, tais movimentos podem ser substituídos pelas idéias de Lévinas sem uma considerável perda para a clínica.

Nossa proposta em articular o dito e o dizer e as construções metafóricas presentes nos *Estudos sobre a histeria* e nas *Construções...* aponta para uma

possibilidade de uso da linguagem que possa manter um campo de significações aberto. Sobre isso cabem, aqui, duas considerações.

Primeiramente, o dizer é mais do que uma articulação lingüística, é uma resposta que não se converte num dito, numa significação já dada. Tal resposta, como já dissemos, pode-se dar de diferentes maneiras e formas, seja na maneira de linguagem expressa ou não. A questão mais premente no dizer apresenta-se na sua dimensão de resposta, isto é, um ato que não permite que as significações se fechem. Tal definição é ampla e permite inúmeras formas, o que mostramos foi apenas uma delas.

Em segundo lugar, a dimensão que mostramos é mais comum nos casos de pacientes ditos “neuróticos” nos quais o campo das significações se esboça de maneiras mais clara e fechada. A articulação metafórica se mostra pouco eficiente em casos limite ou nas psicoses. Tais pacientes, geralmente, se irritam com esse tipo de jogo de linguagem, além disso, esses manejos se mostram ineficazes. Enfatizamos esses dois pontos apenas para mostrar que o campo da resposta conserva uma polifonia muito grande de possibilidades.

De maneira nenhuma o presente trabalho faz uma exposição exaustiva das muitas possibilidades que o pensamento de Lévinas apresenta para a clínica, mas cremos que fomos capazes mostrar as ricas contribuições que seu pensamento pode dar.

Referências Bibliográficas

- BOTELLA, C. (2002) *Irrepresentável: mais além da representação*. Porto Alegre. Sociedade de Psicologia do Rio Grande do Sul/Criação Humana.
- DESCARTES, R. (1641) *Meditações Metafísicas*. São Paulo. Abril Cultural. Série: Os Pensadores. 1973
- DUNKER, C. (2003) Texto foi apresentado como comunicação na X Conferência da International Society for Theoretical Psychology, Istambul.
- DERRIDA, J. (1963) “Força e Significação” Em: *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva. 2001
- FABRI, M. (1997) *Desencantando a Ontologia: subjetividade e sentido ético em Levinas*. Porto Alegre, EDIPUCRS.
- FIGUEIREDO, L. C. (1995) *Modos de Subjetivação no Brasil e Outros Escritos*. São Paulo, Editora Escuta, 1995.
- _____. (1995a) “Heidegger, língua e fala”. Em: Revista *Psicanálise e Universidade*, n. 3, 1995, p. 67-75.

_____. (1995b) “Atos e acasos em psicanálise. Um comentário heideggeriano”.
Cadernos de Subjetividade. São Paulo, v. 3, n. 1, pp.157-63.

_____. (1996) “Heidegger e a Psicanálise: Encontros”. Em: Revista *Psicanálise e Universidade*, n. 4, 1996, p. 39-51.

_____. (1996a) *Revisitando as psicologias. Da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. São Paulo, Educ; Petrópolis, Vozes.

_____. (1997) “O interesse de Lévinas para a psicanálise: Desinteresse do Rosto”. Em: *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 5 (1): 39-51, dezembro.

_____. (2000) *Ética e Técnica*. São Paulo, Escuta.

_____. (2003) Transferência, contratransferência e outras coisinhas mais, ou A chamada pulsão de morte. Em *Elementos para a clínica contemporânea*. São Paulo, Escuta.

FREUD, S. (1895) *Projeto para uma psicologia*. Rio de Janeiro, Imago.

_____. (1996) “Construções em Análise” Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard*, Rio de Janeiro, Imago.

_____. (1895) “Estudos sobre a Histeria” Em: *Obras psicológicas completas de Sigmund Freud: edição standard*, Rio de Janeiro, Imago.

HADDOCK-LOBO, R. (2006) *Da Existência ao Infinito: Ensaio sobre a obra de Emmanuel Lévinas*, Rio de Janeiro, Editor PUC-RIO.

HEIDEGGER, M. (1947) “Carta sobre o Humanismo” em Conferências e escritos filosóficos. Trad. Ernildo Stein. São Paulo: Abril Cultural, 1979.

LACAN, J. (1954) *O Seminário: Livro I: Os escritos Técnicos de Freud*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor. 1986

LÉVINAS, E. (1961) *Totalidade e Infinito*. Lisboa, Edições 70. 2000.

_____. (1965) “Enigma e Fenômeno” em *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa, Instituto Piaget. 1997

_____. (1993) *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis, Vozes.

_____. (1965) Enigma e Fenômeno Em: *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa: Piaget, 1997.

_____. (1965a) “Linguagem e Proximidade” em *Descobrendo a existência com Husserl e Heidegger*. Lisboa, Instituto Piaget. 1997.

_____. (1972) *Humanismo do Outro Homem*. Petrópolis, Vozes. 1993

_____. (1974) *Othewise then being or beyond the essence*. Pittsburgh, Duquesne University. 2008

_____. (1997) *Entre Nós. Ensaaios sobre a Alteridade*. Petrópolis, Vozes,

LLEWELYN, J. (2004) “Levinas and language” in the *Cambridge companion to Levinas*. Cambrigde, Cambrigde University Press.

MILLER, J. H. (1995) “Construções na crítica literária” Em: *Ética da Leitura*, Rio de Janeiro, Imago.

NAFFAH NETO, A. (1991) *O inconsciente como potência subversiva*. 1ª edição. São Paulo, Escuta, 1991.

_____. (1994) *A psicoterapia em busca de Dioniso. Nietzsche visita Freud*. 1ª Edição. São Paulo Escuta/Educ, 1994.

NIETZSCHE, F. “Verité et mensonge au sens extra moral”, *Oeuvres philosophiques completes*, textos et variantes établis par G. Colli et M. Montinari, Gallimard, Paris, 1975.

PIRES, L. (2007) *Do Silêncio ao Eco. Autismo e Clínica Psicanalítica*. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo/FAPESP.

ROLNIK, S. “Apresentação” [in] Figueiredo, L. C. (1994) *A invenção do psicológico: quatro séculos de subjetivação (1500-1900)*. São Paulo: EDUC, 1994.

SCHNEIDER, M. (1993) *Afeto e linguagem nos primeiros escritos de Freud*. São Paulo. Editora Escuta

_____. (1997) “A proximidade em Lévinas e o *Nebenmensch* Freudiano”.
Em: *Cadernos de Subjetividade*, São Paulo, 5 (1): 71-90, dezembro, 1997.

SOUZA, R. T. (1999) “Fulcro da história, urgência do pensamento – Sobre a compreensão do conjunto da obra de Emmanuel Lévinas” Em: *Sujeito, ética e história: Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Porto Alegre, EDIPUCRS.

_____. (1999a) *Sujeito, ética e história: Levinas, o traumatismo infinito e a crítica da filosofia ocidental*. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1999.

SUSIN, L. C. (1984) *Homem messiânico: uma introdução ao pensamento de Emmanuel Lévinas*. Porto Alegre, EST/ Vozes.

WALDENFLES, B. (2004) “Levinas and the face of the other” in the *Cambridge companion to Levinas*. Cambridge, Cambridge University Press.

WINNICOTT, D. W. (1962) The aims of Psycho-Analytical Treatment. Em *The maturational process and the facilitating environment* (p. 166-70), London: The Hogarth Press, 1985.